

11. Depósitos judiciais e provisões para ações judiciais: 11.1. **Depósitos judiciais:** São compostos conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2014	2013
Fiscais		
COFINS	3.387	3.288
PIS	579	560
Contribuição Social	8.803	6.287
Imposto de Renda	3.079	2.869
Outros	253	230
Trabalhistas e civis	1.393	27
Total	17.494	13.261
Longo Prazo	17.494	13.261

Os saldos dos depósitos judiciais estão contemplados na rubrica "Outros créditos - Diversos" no ativo realizável a longo prazo (vide nota 7). Os saldos das provisões para ações judiciais, fiscais e previdenciárias estão contemplados na rubrica "Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias" (vide nota 8). **11.2. Movimentação das provisões para ações judiciais:** A movimentação das ações judiciais da Companhia está demonstrada a seguir:

Descrição	Saldos em 01/01/2013	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / Baixas	Saldos em 30/06/2013
Cíveis e trabalhistas					
Cíveis	13	-	(2)	(3)	8
Trabalhistas	8	3.249	22	-	3.279
Outros	-	34	-	-	34
Subtotal	21	3.283	20	(3)	3.321
Tributárias:					
COFINS	3.319	-	69	-	3.388
CSLL	5.765	706	163	-	6.634
Imposto de renda	2.548	308	70	-	2.926
Honorários	59	-	-	-	59
Outros	901	-	22	-	923
Subtotal	12.592	1.014	324	-	13.930
Total	12.613	4.297	344	(3)	17.251

Descrição	Saldos em 01/01/2014	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / Baixas	Saldos em 30/06/2014
Cíveis e trabalhistas					
Cíveis	9	-	-	-	9
Trabalhistas	3.448	-	147	(1.386)	2.209
Honorários	1	-	-	-	1
Subtotal	3.458	-	147	(1.386)	2.219
Tributárias:					
COFINS	3.478	-	91	-	3.569
CSLL	8.070	1.009	369	-	9.448
Imposto de renda	3.690	-	64	(693)	3.061
Outros	938	-	24	-	962
Honorários	59	-	-	-	59
Subtotal	16.235	1.009	548	(693)	17.099
Total	19.693	1.009	695	(2.079)	19.318

11.3. Obrigações fiscais: • IRPJ: A partir de 01/01/1997, a despesa de contribuição social tornou-se indedutível na base de cálculo do imposto de renda. Em decorrência da alteração mencionada, a Companhia impetrou mandado de segurança, obtendo liminar com depósito judicial, assegurando a dedutibilidade da contribuição na apuração do imposto de renda. Em maio de 2013, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou constitucional o dispositivo legal que obteve a dedução da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) na base de cálculo do IRPJ, negando provimento ao Recurso Extraordinário interposto por uma das companhias que fazem parte da SulAmérica. Os advogados responsáveis pela causa entendem que as chances de perda são prováveis. Cumpre ressaltar que a partir de 2008 a Companhia passou a tributar a despesa de contribuição social na base de cálculo do

Conselho de Administração: Presidente: Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas; **Conselheiros:** Gabriel Portella Fagundes Filho e Carlos Infante Santos de Castro. **Diretoria:** Presidente: Gabriel Portella Fagundes Filho; **Vice-Presidente:** Marcelo Pimentel Mello; **Diretores:** Emil Andery; Fernando Tendolini e Marcelo Saddi Castro. **Contador:** Mauro Reis d'Almeida - CRC RJ 066.620/O-7

imposto de renda. • **COFINS / PIS:** A Companhia questiona judicialmente a legalidade da contribuição da COFINS e do PIS nos moldes previstos na Lei nº 9.718/1998, que determina a apuração das bases de cálculo mediante o cômputo da totalidade das suas receitas, entendendo como devido o produto das vendas de mercadorias e/ou serviços, requerendo sob a forma de compensação ou restituição, os créditos correspondentes aos valores pagos a esse título. Com a promulgação da Lei nº 11.941/2009, que revogou a ampliação da base de cálculo sobre outras receitas passou, a partir da competência de junho de 2009, a recolher a contribuição somente sobre a receita de sua atividade principal. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda com base na receita da atividade principal e possível a perda da demanda referente à ampliação da base de cálculo (outras receitas). • **CSLL:** Com a edição da Lei nº 11.727/2008, a Companhia ficou sujeita a majoração de 6% da alíquota da contribuição social a partir de maio de 2008, passando a alíquota de 9% para 15%. Nesse sentido, a Companhia passou a questionar a constitucionalidade dessa majoração tendo impetrado mandado de segurança, provisionando e depositando judicialmente os valores questionados. O valor em risco é de R\$ 9.448 e os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a perda na demanda. **11.4. Contingências:** Em 30/06/2014, o valor total em discussão dos processos judiciais fiscais cuja probabilidade de perda é classificada como possível pelos advogados que patrocinam as causas é de R\$22.498 (R\$7.533 em 30/06/2013). Na avaliação da Administração sobre a provável saída de recursos nesses processos, o montante provisionado de R\$12.183 (R\$7.343 em 30/06/2013) refere-se principalmente a obrigações fiscais. Comparativamente ao ano de 2013, a variação do valor total de exposição dos processos fiscais deve-se basicamente ao novo processo administrativo para cobrança de débitos de IRPJ e CSLL referentes à amortização de ágio oriundo da incorporação da Sul América Investimentos S.A. **12. Patrimônio líquido:** **12.1. Capital social:** O capital social da Companhia, em 30/06/2014 e 30/06/2013 é de R\$31.563 dividido em 17.166.837 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas. São assegurados aos acionistas dividendos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em consonância com a legislação em vigor. **12.2. Reservas de lucros:** O total das reservas de lucros da Companhia em 30/06/2014 é de R\$4.748 (R\$3.808 em 30/06/2013), composta basicamente por reserva legal, que é calculada com base no lucro líquido apurado em cada balanço sendo destinados 5% para a constituição da reserva legal, até que alcance 20% do capital social. **13. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários:** O resultado de operações com títulos e valores mobiliários totaliza R\$2.843 no semestre findo em 30/06/2014 (R\$1.672 em 30/06/2013) e é composto basicamente por rendimentos de títulos de renda fixa - públicos e de cotas de fundos de investimentos. **14. Receitas de prestação de serviços:**

Descrição	2014	2013
Administração de fundos de investimento	23.144	23.600
Administração de carteiras de títulos e valores mobiliários	6.522	5.387
Taxas de performance	588	1.704
Total	30.254	30.691

15. Despesa de pessoal: Em 30/06/2014 e 30/06/2013, no item pessoal próprio, estão incluídas as remunerações, os encargos e os benefícios de administradores. As despesas com pessoal próprio totalizam R\$9.224 em 30/06/2014 (R\$14.571 em 30/06/2013). **16. Outras despesas administrativas:**

Descrição	2014	2013
Processamento de dados	(1.196)	(1.368)
Repasse de comissão	(336)	(1.168)
Serviços de custódia	(882)	(1.016)
Propaganda e publicidade	(861)	(857)
Serviço técnico especializado	(429)	(602)
Aluguéis	(182)	(174)
Viagens	(213)	(57)
Transporte	(115)	(71)
Material e manutenção de bens	(64)	(156)
Outras despesas	(302)	(260)
Total	(4.580)	(5.729)

17. Reconciliação de imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social estão reconciliados para os valores registrados nas demonstrações do resultado, conforme demonstrado a seguir:

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia") no âmbito de suas atribuições, relativamente ao semestre findo em 30 de junho de 2014, até a presente data: • Reuniu-se com os responsáveis pelas auditorias interna e independente, bem como os representantes da administração da Companhia, para, entre outras atribuições, verificar o cumprimento das recomendações do Comitê de Auditoria ("Comitê"); • Constatou que não foram identificadas deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade das auditorias independente e interna e do sistema de controles internos da Companhia; • Verificou que a auditoria interna e o sistema de controles internos da Companhia atendem às necessidades da Companhia e ao disposto na Resolução CMN nº 2.554, de 24 de setembro de 1998, não tendo identificado deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade da auditoria interna e do sistema de controles internos da Companhia; • Com base nas informações das auditorias

Resumo do Relatório de Auditoria - Gestão de Riscos

No 1º semestre de 2014, a Auditoria Interna realizou uma revisão preventiva nos controles dos Departamentos de Controladoria e Orçamento e Executivo de Riscos Operacionais, os quais também suportam à atividade de gestão de recursos das reservas e de terceiros, que contemplou a análise de aspectos qualitativos e quantitativos associados aos processos operacionais das referidas áreas da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. As recomendações sugeridas para o ponto reportado no relatório RAP 010/2014 (Revisão Preventiva nos Processos Operacionais de Investimentos nos Departamentos de Controladoria e Executivo de Riscos e Operações) encontram-se em processo de implementação com termo previsto para 30/10/2014 (Bloqueio de operações financeiras (aplicações) solicitadas por clientes com cadastro desatualizado). Atualmente, a referida estrutura encontra-se adequada aos negócios da instituição e aos dispositivos constantes da Resolução Nº 3.464/2007 do Conselho Monetário Nacional. O gerenciamento de risco de mercado dos fundos geridos pela Sul América Investimentos é feito pela Superintendência de Risco e Operações, através do cálculo do VaR Paramétrico (Fundos de Investimentos e Carteiras) e B-VaR (Fundos de Ações e Indexados de Inflação). Essa avaliação é aplicada em todos os fundos abertos, exclusivos e de carteiras administradas. O cálculo do VaR é feito através do Sistema MITRA considerando-se um nível de confiança de 95%, sendo que a Volatilidade e a Matriz de Correlação são calculados pelo procedimento conhecido por EWMA (Volatilidade histórica

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. São Paulo - SP. Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do

independente e interna, não identificou falhas no cumprimento da legislação aplicável, da regulamentação e das normas internas da Companhia que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio; • Verificou que os pontos reportados no relatório de revisão dos processos e controles das carteiras administradas e fundos exclusivos de responsabilidade da Companhia foram implementados; e • Revisou, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2014, considerando-as adequadas quanto à observância das práticas contábeis adotadas no Brasil e da legislação aplicável, tendo sido apresentadas conforme nomenclatura e classificação padronizadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e, com isso, aptas para publicação. São Paulo, 12 de agosto de 2014. Marcelo Pimentel Mello - Presidente; Gabriel Portella Fagundes Filho - Membro; Emil Andery - Membro.

com alinhamento exponencial que significa atribuir maior peso às observações mais recentes, que permite aumentar a velocidade da reação a choques) com $\lambda = 0,94$. Como possuímos clientes cujos mandatos e regulamentos possuem critérios e metodologias específicos de cálculo de risco de mercado, utilizamos as regras adequadas para cada política de investimentos destes clientes. As vantagens em se utilizar o VaR como instrumento de gerenciamento de Risco de Mercado, dentre outras, são: a fácil assimilação conceitual, a fundamentação bastante simples (basta considerar as posições do fundo, as volatilidades dos ativos e as correlações entre eles) e o fato de poder interpretar, em um único número, o risco total da carteira de investimento sob análise. Adicionalmente, visando tornar o gerenciamento de Risco de Mercado abrangente e completo é utilizada, além do VaR, a metodologia de Stress Test, através de cenários independentes calculados pela BM&FBovespa. Para o acompanhamento de enquadramento dos limites de exposição definidos pela legislação, regulamento, política de investimentos ou mandato do fundo e/ou carteiras de investimentos é utilizado o Sistema de Controle de Risco e Compliance (SRC) da empresa YMF (TOTVS), como também em paralelo utilizamos o sistema Controle e Enquadramento desenvolvido pela Luz Engenharia. O primeiro foi integralmente substituído pelo segundo sistema no dia 1º de julho de 2014. São Paulo, 14 de agosto de 2014. Emil Andery - Diretor de Auditoria Interna; Valquíria de Souza Farias - Superintendente de Auditoria Interna.

juízo do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2014

Carlos Eduardo Munhoz
Contador CRC 1SP138600/O-7

Descrição	2014		2013	
	Imposto de renda	Contribuição social de renda	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social	16.585	16.585	9.728	9.728
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(4.146)	(2.488)	(2.432)	(1.459)
Correntes:				
Adições:				
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(137)	(82)	(906)	(544)
Despesas não dedutíveis	(374)	(206)	(256)	(152)
Outras	(80)	(56)	(60)	(36)
	(591)	(344)	(1.222)	(732)
Exclusões:				
Atualização de depósitos judiciais	130	78	70	42
Encargos sobre participações nos lucros	325	195	353	212
Outras	-	-	389	234
	455	273	812	488
Redução de incentivos fiscais	24	-	25	-
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	(4.258)	(2.559)	(2.817)	(1.703)
Diferidos:				
Constituição - Crédito tributário sobre diferenças temporárias	311	187	1.049	564
Débito tributário sobre atualizações de depósitos judiciais	(130)	(79)	(70)	(42)
Receitas com imposto de renda e contribuição social diferido	181	108	979	522
Despesas com imposto de renda e contribuição social	(4.077)	(2.451)	(1.838)	(1.181)
Alíquota efetiva	25%	15%	19%	12%
Alíquota efetiva combinada	40%	40%	40%	31%

18. Administração de fundos de investimentos e carteiras administradas: Os patrimônios líquidos em 30/06/2014 dos fundos de investimento e carteiras administradas totalizavam R\$27.965.107 (R\$26.898.499 em 30/06/2013), sendo R\$7.125.560 (R\$6.412.835 em 30/06/2013) provenientes da sua controladora de última instância, SASA e suas controladas, e R\$20.839.547 (R\$20.485.664 em 30/06/2013), provenientes de clientes institucionais (fundos de pensão e empresas), distribuidores externos e clientes private.

19. Conciliação entre lucro líquido e caixa líquido gerado nas atividades operacionais:

Descrição	2014	2013
Lucro líquido do exercício	8.482	4.257
Mais		
Depreciações e amortizações	59	39
Juros e variações monetárias de provisão para riscos fiscais e passivos de ações cíveis e trabalhistas	621	324
Juros e variações monetárias de provisões para passivos de ações cíveis e trabalhistas	-	20
Pagamento com base em ações (stock options)	294	133
Outros	-	2
Menos		
Juros e variações monetárias de depósitos judiciais	(683)	(285)
Juros e variações monetárias de impostos e contribuições a compensar	(13)	(54)
Atividades operacionais		
Variação de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(11.105)	7.789
Variação de outros créditos	(1.590)	3.010
Variação de outros valores e bens	(43)	(52)
Variação de outras obrigações sociais e estatutárias	1	1
Variação de outras obrigações fiscais e previdenciárias	(1.607)	(3.813)
Variação de negociação e intermediação de valores	2.869	43
Variação de outras obrigações diversas	(3.881)	(2.397)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	(6.596)	9.017